

GT32: Diálogos entre Antropologia e Educação: Perspectivas sobre a Formação de Professores em debate.

Sandra Pereira Tosta, Tatiana Cipiniuk

Desde o século passado, a educação latino-americana vive intenso conflito: por um lado, sistemas nacionais educacionais cresceram e ampliaram sua cobertura, incluindo parcelas da população historicamente sem acesso às instituições escolares; por outro, sistemas intensificaram sua tendência à discriminação, reproduzindo persistentes formas de segregação que marcaram seu desenvolvimento. Dentre os desafios, destacamos a existência de dilemas de natureza filosófica, teórica e metodológica nas políticas educacionais, sobretudo naquelas voltadas para a formação e o trabalho docente em realidades estruturadas pelas mais diversas alteridades. A proposta deste GT objetiva acolher e debater pesquisas comparadas e /ou etnográficas, preferencialmente, que abordem como a interface Antropologia e Educação se constituem nos diálogos de conhecimentos interdisciplinares presentes em projetos políticos/ pedagógicos de formação de professores para a educação básica. Algumas indagações nos parecem importantes para este debate: a compreensão teórico-metodológica da cultura está presente nessa formação? Como isto se evidencia? Que referências embasam essa conversa? Intuímos que tais estudos possam servir de solo empírico e teórico para ampliar a interpretação sobre os processos de educação escolar e contribuir para a qualificação do trabalho dos professores, além de trazer elementos que aprofundem a sensibilidade pedagógica da antropologia e o campo educacional.

Antropologia, educação para às relações e valores civilizatórios ancestrais afro-brasileiros e indígenas na formação docente

Autoria: Fátima Regina A. de Freitas

Os movimentos indígenas e negros têm transformado a sociedade brasileira, segundo a antropóloga Nilma Lino Gomes e o educador Daniel Munduruku, estes movimentos exercem um caráter educativo. Uma das formas de educar é a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros e indígenas, sistematizados por Azoilda Trindade e Gersem Luciano Baniwa. Estes princípios, quando levados para as escolas, podem contribuir para a educação das relações étnico-raciais (ERER), assim como na implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que criaram a obrigatoriedade do ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena no país, em busca da promoção da educação antirracista e que foque em descolonizar/contracolonizar o currículo escolar. Entre os desafios encontrados para que essa visão se concretize estão: a ausência do debate sobre ERER na formação inicial e continuada; e a falta de conhecimento sobre materiais didáticos e paradidáticos para subsidiar estes debates nas escolas. Ensinar/aprender estes valores/saberes é um dever da/os professora/es, que buscam a construção de uma sociedade justa e democrática, na qual se valorize todas as identidades étnico-raciais. É também um direito de todas as crianças, independente de seu pertencimento, e como antropóloga e pedagoga acredito que os diálogos que desenvolvemos são fundamentais nestes processos. A partir do diálogo com intelectuais destes dois grupos, como Azoilda Trindade, Nilma Lino Gomes, Petronilha Silva, Daniel Munduruku, Edson Kayapó e Gersem Baniwa, construo uma reflexão sobre a formação continuada de docentes de educação básica, assentada nos saberes ancestrais indígenas e nos valores civilizatórios afro-brasileiros. Parto de alguns cursos de extensão que tenho realizado há alguns anos no Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro (Proafro), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO), instituição na qual atuo como professora, e oferecidos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

